



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

**THAÍS EMANUELY RODRIGUES DE MELO**

**O PROEJA NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DE SOUSA- PB: Limites e possibilidades para a vida dos jovens e adultos do curso de Agroindústria no ano de 2013**

**SOUSA - PB  
2014**

**THAÍS EMANUELY RODRIGUES DE MELO**

**O PROEJA NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DE SOUSA- PB: Limites e possibilidades para a vida dos jovens e adultos do curso de Agroindústria no ano de 2013**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharelado em Serviço Social.

Orientadora: Prof(a) Msc. HelmaraGiccelli Formiga Wanderley

**THAÍS EMANUELY RODRIGUES DE MELO**

**O PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA Á  
EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E  
ADULTOS(PROEJA):Principais contribuições deste ensino para a vida dos  
Jovens e Adultos**

Trabalho de Conclusão de Curso,  
apresentado ao Curso de Serviço Social  
da Universidade Federal de Campina  
Grande, como requisito parcial para  
obtenção do grau de Bacharelado em  
Serviço Social.

Orientadora: Prof(a) Msc. HelmaraGiccelli  
Formiga Wanderley

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Prof(a). Mestre HelmaraGiccelli Formiga Wanderley

---

Prof(o). Antônio Marcelo Cavalcante Novaes

---

Ass. GianneKaterrine de Figueiredo Nôbrega

Dedico este trabalho primeiramente a Deus por ter me proporcionado a alegria de poder concluir esta etapa em minha vida.

Aos meus pais Dorian e Verinha, por todo apoio e incentivo que me foram dados durante todo o período da graduação.

A minha orientadora HelmaraGiccelli, por toda dedicação e confiança que me foram dados para que a construção do meu TCC viesse a se concretizar.

Só tenho a agradecer a vocês por tudo.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me iluminado e me dado forças durante todo o processo de graduação, e principalmente por ter me encorajado para vir a superar e encarar todos os obstáculos que me foram postos durante todo este processo, possibilitando assim a concretização deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

A minha família, em especial aos meus pais Dorian e Maria Everalda (Verinha), por ter me incentivado e me dado forças e apoio durante toda a graduação, contribuindo assim para a minha conclusão de curso.

As minha amigas Leyly, Juliana e Wigna, por todo o incentivo que me foram dados nos momentos mais difíceis neste período de conclusão de curso, e por compartilharem juntas comigo todos os momentos de angústias e principalmente de alegria durante estes quatro anos de graduação. Só tenho a agradecer a vocês meninas, por todos estes momentos.

A minha orientadora HelmaraGiccelli, por toda paciência, dedicação, disponibilidade e confiança que me fora dado durante todo este processo de construção de TCC.

A todas as companheiras de turma, que de forma direta ou indiretamente contribuíram para minha formação.

Ao IFPB, por tornar possível a realização deste trabalho, em especial a minha supervisora de campo GianneKaterrine por todo o apoio e colaboração para a realização desta pesquisa.

A todos os professores do curso de Serviço Social da UFCG, que durante estes quatro anos contribuíram significativamente para minha formação tanto profissional quanto pessoal.

A banca, pela disponibilidade em participar deste momento de extrema relevância para minha formação. A vocês dedico toda minha gratidão.

E por último, dedico este trabalho especialmente a mim, por todos os esforços, obstáculos e vitórias alcançadas, onde posso ter a certeza que esta vitória será apenas à primeira de muitas que ainda estarão por vir.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANDIFES – Associação Nacional e Dirigente das Instituições Federais de Ensino Superior

CEPLAR – Campanha de Educação Popular

CNEA – Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo

CNER – Campanha Nacional de Educação Rural

CNBB - Conferência Nacional de Bispos do Brasil

EAD – Educação a Distância

EAF – Escolas Agrotécnicas

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ETF – Escolas Técnicas Federais

FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Associações Comunitárias

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

IFET – Instituto de Educação Ciência e Tecnologia

IFPB – Instituto Federal da Paraíba

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MCP – Movimento de Cultura Popular

MEB - Movimento de Educação de Base

MEC – Ministério da Educação

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

PDE – Programa Desenvolvimento da Educação

PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNE – Plano Nacional de Educação

PROUNI – Programa Universidade para Todos

PROEP – Programa de Expansão da Educação Profissional

PROEJA - Programa Nacional de Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura

## RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade identificar quais as principais contribuições e implicações que a modalidade de ensino EJA, traz para a vida dos jovens e adultos inseridos neste ensino, o que foi fruto das experiências vivenciadas durante o nosso estágio no IFPB – Campus Sousa. Visando identificar estas contribuições, foi realizado um estudo bibliográfico sobre a Educação no Brasil e também sobre a EJA, a realização do trabalho nos conduziu a realização de pesquisa de campo, por meio da aplicação de questionários que foram analisados qualitativamente. O trabalho está estruturado da seguinte maneira: o primeiro capítulo traz uma digressão histórica sobre o surgimento da educação no Brasil, dando ênfase as principais leis que contribuíram para sua concretização. O segundo capítulo vem trazer o histórico sobre o surgimento da educação profissionalizante no Brasil enfatizando as leis que impulsionaram sua consolidação. O terceiro capítulo trata do surgimento da EJA no Brasil, identificando as leis que embasaram sua consolidação, os procedimentos metodológicos que utilizamos na pesquisa, e por último trazemos a análise dos dados a fim de se chegar a respostas mais precisas sobre o tema. As pesquisas nos permitiram chegar ao seguinte resultado para nossa questão: os sujeitos que retornam as salas de aula nos cursos oferecidos na modalidade EJA se sentem estimulados a seguir se aperfeiçoando nos estudos, o que transmite maior confiança para tentarem uma disputada vaga no mercado de trabalho. Estes jovens e adultos buscam exatamente aperfeiçoamento profissional para conseguir emprego.

**Palavras chave:** Educação de jovens e adultos, Qualificação profissional, Perspectivas de melhoria de vida.

## ABSTRACT

This study aims to identify the key contributions and implications of the type of education EJA, brings to the lives of young people and adults entered this school, which was the result of experiences during our internship at IFPB - Campus Sousa. To identify these contributions, a bibliographic study on Education was held in Brazil and also about the EJA, performing work led us to conduct field research, through the use of questionnaires that were analyzed qualitatively. The paper is structured as follows: the first chapter provides a historical digression on the emergence of education in Brazil, emphasizing the main laws that contributed to its realization. The second chapter brings the history of the emergence of vocational education in Brazil emphasizing the laws that boosted its consolidation. The third chapter deals with the emergence of EJA in Brazil, identifying the laws that supported consolidation, the methodological procedures used in the research, and finally bring the data analysis in order to arrive at more accurate answers on the subject. The research allowed us to reach the following result for our question: the subjects returning classrooms in courses offered in EJA modality feel encouraged to follow perfecting the study, which conveys more confidence to try a disputed place in the labor market. These young adults seeking exactly professional development to achieve employment.

**Keywords:** Education, youth and adults, Professional qualification, Prospects of improving their lives.

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
1 A História da Educação no Brasil.....	12
2 A Educação Profissionalizante no Brasil.....	26
3 A educação de jovens e adultos: um estudo sobre o PROEJA no Instituto Federal da Paraíba (IFPB).....	36
3.1 Percurso Metodológico .....	36
3.2 A Educação de Jovens e Adultos (EJA): principais contribuições desta modalidade de ensino para a vida dos jovens e adultos.....	40
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>45</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>46</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>52</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho foi pensado a partir das experiências vividas no campo de estágio mais especificamente no IFPB – Campus Sousa, onde surgiu o interesse e a necessidade de conhecer mais detalhadamente quais as principais contribuições e implicações que os cursos oferecidos na modalidade de ensino EJA pode trazer para a vida de discentes jovens e adultos, sendo este o objetivo geral deste trabalho.

No que diz respeito á estrutura do trabalho o mesmo está dividido da seguinte forma: O primeiro capítulo intitulado a História da Educação no Brasil, vem trazer uma digressão histórica sobre o surgimento da educação no Brasil desde o período colonial a se chegar na atualidade, dando ênfase aos principais acontecimentos e leis que contribuíram significativamente para consolidação da educação no Brasil.

O segundo capítulo intitulado A Educação profissionalizante no Brasil traz um resgate histórico sobre o surgimento da educação profissionalizante no Brasil, onde também enfatizamos as principais leis que impulsionaram para a consolidação desta modalidade de ensino no Brasil.

O terceiro capítulo vem abordar os resultados dos dados colhidos na pesquisa, onde trazemos a análise destes dados. O mesmo capítulo se subdivide em duas subseções, sendo a primeira subseção o percurso metodológico onde trazemos o método utilizado na pesquisa, sendo esta uma pesquisa bibliográfica, documental, de caráter qualitativo e de campo, onde a coleta de dados fora realizada através da entrevista estruturada, sendo a mesma pesquisa realizada no Instituto Federal da Paraíba (IFPB) – Campus de Sousa, mais precisamente com os alunos do PROEJA.

A segunda subseção intitulada A Educação de Jovens e Adultos (EJA): principais contribuições desta modalidade de ensino para a vida dos jovens e adultos traz a análise dos dados onde procuramos identificar os principais motivos que levaram os jovens a abandonarem os estudos no período considerado regular, e posteriormente quais os motivos que os levaram a retomar os estudos; e quais as principais contribuições que está modalidade de ensino vem trazer para a vida destes jovens e adultos inseridos neste ensino.

## 1 A História da Educação no Brasil

A educação na legislação brasileira é tida como um direito fundamental, universal e inalienável, que visa preparar cidadãos comprometidos com o pleno exercício da cidadania, e o incentivo a qualificação voltada para o mercado de trabalho.

Porém, vale ressaltar que o conceito de educação pode ser compreendido a partir de várias formas, seja do ponto de vista histórico, social, político, econômico ou cultural, ou seja, o conceito educacional varia de acordo com cada período histórico, e da cultura própria de cada sociedade.

De tal forma, compreender a educação na contemporaneidade não se trata de tarefa fácil, pelo contrário, é um trabalho bastante complexo, devido uma série de acontecimentos políticos, econômicos e sociais que são atravessados por avanços e retrocessos. Assim, entende-se que:

A educação brasileira nos dias atuais é essencialmente um reflexo do processo histórico de transformações sociais, pelas quais o sistema educacional passou, desde sua fundação. Portanto, compreender as contradições que permeiam a educação, exige maior atenção a este processo histórico, considerando, sobretudo, as externalidades das transformações da sociedade em uma dimensão mais ampla, bem como as ideologias dos estratos sociais, que se pautaram como uma grande influência (BARBOSA, 2014, p.1)

Baseado no que fora exposto, para melhor compreender o processo educacional acima explicitado, será realizado um resgate histórico da educação no Brasil, ressaltando os principais períodos e acontecimentos históricos que contribuíram de forma significativa para a consolidação da educação como um direito no Brasil. Observamos, todavia, que não pretendemos fazer um estudo exaustivo, neste sentido.

Primeiramente, faz-se necessário destacar um dos períodos que, é tido como um dos mais marcantes para educação brasileira, o Período Jesuítico, iniciado com a chegada dos padres da Companhia de Jesus ao território brasileiro, por volta de 1549. Estes possuíam como principal objetivo consolidar os princípios Católicos no país através da educação dos indígenas, uma vez que o catolicismo estava bastante fragilizado devido a expansão do Protestantismo.

Os jesuítas se dedicaram à pregação da fé católica e ao trabalho educativo. Perceberam que não seria possível converter os índios a fé católica sem que soubessem ler e escrever (BELLO, 2001, p.3).

Assim, os padres jesuítas passaram a educar os índios que aqui se encontravam. Educação está voltada à religiosidade, o que nos leva a entender as marcas e resquícios religiosos na educação brasileira. Entretanto, cabe destacar que a educação aqui implantada por ter sido baseada nos padrões da educação trazida da Europa, guardava muitas semelhanças em relação àquela.

Os jesuítas passaram a disseminar os seus ensinamentos através da abertura de escolas, sendo todas elas devidamente regulamentadas pelo Ratio Studiorum, uma espécie de documento criado e assinado por Inácio de Loiola, para assim regularizar o ensino (BELLO, 2001). Por conseguinte essas escolas se espalharam por todo o país, sendo elas tanto de níveis elementares, secundários, quanto os de nível superior como os cursos de Teologia e Ciências Sagradas. Porém, cabe lembrar que neste período as crianças e jovens pertencentes às elites também tiveram acesso a esta educação. Deste modo, verifica-se que:

Nesse ínterim de 210 anos, eles catequizaram maciçamente os índios, educaram os filhos dos colonos, formaram novos sacerdotes e a elite intelectual brasileira, promoveram o controle da fé e da moral dos habitantes e a difusão e unificação da língua portuguesa de norte a sul do país (ROSÁRIO, SILVA, S/P).

Esse processo educacional só veio a ser interrompido no ano de 1759, quando os jesuítas foram expulsos do Brasil pelo Marquês de Pombal, devido as divergências de pensamentos entre as práticas de ensino dos padres e as ideias do referido Marquês.

A expulsão dos jesuítas marca o início de um novo período na história da educação, sendo ele o Período Pombalino que data de (1760 – 1808) e possui este nome, devido às ações do Marquês de Pombal, que à época era ministro de D. José, rei de Portugal. É importante destacar que nesse momento, a educação colonial passou a ser de responsabilidade da Coroa Portuguesa.

---

<sup>1</sup> Segundo Maciel e Neto (2006) Marquês de Pombal era Ministro da Fazenda do Rei D. José I, onde assumiu o cargo no lugar de Azevedo Coutinho, tinha como meta realizar reformas em diversas áreas da sociedade como reformas políticas, administrativas, econômicas, culturais e educacionais.

As reformas implantadas por aquele administrador/ministro, por sua vez, objetivavam fortalecer o controle Estatal, tornar mais eficiente a máquina administrativa e fortalecendo o poder do rei [português]. Sobre as reformas educacionais promovidas durante a administração daquele gestor pode-se dizer que:

As primeiras medidas implantadas pelo marquês, por intermédio do Alvará de 28 Junho de 1759, foram: total destruição da organização da educação jesuítica e de sua metodologia de ensino, tanto no Brasil quanto em Portugal; instituição de aulas de gramática latina, de grego e de retórica; criação do cargo de 'diretor de estudos'- pretendia-se que fosse um órgão administrativo de orientação e fiscalização do ensino; introdução das aulas régias – aulas isoladas que substituíram o curso secundário de humanidades criado pelos jesuítas; realização de concurso para escolha de professores para ministrarem as aulas régias; aprovação e instituição das aulas de comércio (MACIEL, NETO, 2006, p. 470).

Assim, fica evidente que a metodologia trazida por Pombal era totalmente contrária aos métodos usados pelos jesuítas. Note-se, ainda, que por determinação do referido ministro todas as escolas fundadas na colônia portuguesa pelos jesuítas foram extintas por sua ordem.

A metodologia eclesiástica dos jesuítas foi então substituída pelo pensamento pedagógico da escola pública e laica. Desta forma, pode-se dizer que inspirados nos ideais iluministas, Pombal empreendeu uma profunda reforma educacional, ao menos formalmente (MACIEL, NETO, 2006, p.470).

Assim, aparentemente houve um avanço por ocasião das reformas orientadas pelo ministro, onde a educação deixaria de ter um caráter religioso e passaria a possuir um caráter mais próximo da educação atual, ou seja, a educação laica, sem interferência da igreja. Todavia destaque-se que tais mudanças não vieram a se concretizar, uma vez que aboliu-se um modelo de educação consolidado, ainda que de caráter religioso, por um novo modelo educacional sem ao menos saber se o novo modelo implantado daria resultados satisfatórios. E o resultado foi que a já precária educação brasileira sofreu mais esse revés.

Com a morte do então rei de Portugal, D. José I, D. Maria I passou a governar, sozinha a nação portuguesa. E, sua primeira ordem tratava da demissão do Marquês de Pombal, o que se deu por motivo de discordâncias da Rainha para com as medidas adotadas por Pombal.

Depois deste período, inicia-se no Brasil o Período Joanino (1808 - 1821), ocasião em que a Família Real Portuguesa, fugindo da invasão Napoleônica, vem residir no Brasil. A chegada da Corte, promoveu grandes mudanças matérias, sensíveis e intelectuais no país. Claro que deve-se considerar que houve problemas de ordem moral, política, econômica, cultural durante a implementação de certas medidas. Observa-se, no que se refere a educação do Brasil, que nesse momento houve uma ruptura com o período anterior, onde foram abertas Academias Militares, Escolas de Direito e Medicina, a Biblioteca Real, o Jardim Botânico e a Imprensa Régia. Todos estes melhoramentos foram frutos das necessidades de Dom João VI e de sua Corte, quando de sua estadia aqui no Brasil (BELLO, 2001).

Porém, vale lembrar que apesar desse avanço na educação através da abertura de diversas escolas e faculdades, na prática, compreende-se que a educação continuou a ser tratada em segundo plano, onde não fora dada a sua real importância, restringindo sua abrangência a elite que começava a ser influenciada, mesmo que com certo atraso, pelas ideias iluministas de civilização.

Com o retorno de D. João VI a Portugal em 1821, passando-se um ano seu filho D. Pedro I proclamou a Independência do Brasil. Inicia-se o Período Imperial (1822 – 1888). É importante destacar que a conturbação política, nesse período, ocupou o cenário brasileiro. A educação mais uma vez fica para “melhores momentos”!

Todavia, se nota uma importante contribuição, nesse período, para a educação, que passou a priorizar a gratuidade do ensino nos níveis primários e secundários através de um decreto criado em 30 de junho de 1821, com o propósito de garantir a igualdade de oportunidades, contribuindo assim para uma nova política no campo da educação, onde:

É importante destacar que a as Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa decretaram, em 30 de junho de 1821, que o ensino fosse livre a qualquer cidadão, assim como a abertura de escolas de primeiras letras, desde que contasse com a gratuidade, sem a dependência de exame ou licença. Esse decreto é o único documento que se destaca no período e, somente, com a independência, agora proclamada, que se iniciou uma nova política no campo da instrução, no Brasil (ZICHIA, 2008, p. 22).

Todavia, vale destacar que apesar da aprovação desse decreto, na prática, observa-se que de fato o ensino gratuito naquele momento era algo muito restrito no país. Normalmente as escolas que funcionavam em prédios improvisados, recebia número reduzido de alunos, todos do sexo masculino e das classes mais abastadas, permanecendo grande parcela da população sem acesso à educação, ou seja, até aquele momento a educação não foi tratada como um direito universal.

Assim, constata-se que a educação só veio a se tornar um direito legal através da promulgação da primeira Constituição brasileira, no ano de 1824, onde apenas no seu artigo 179 trata-se a questão da educação primária como um direito de todos, onde sua realização deve se dar preferencialmente através da família e da igreja. Baseado na referida Carta, especificamente nos seus incisos XXXII e XXXIII, foi estabelecido:

XXXII – A instrução primaria, e gratuita a todos os Cidadãos.

XXXIII – Colégios, e Universidades, onde serão ensinados os elementos das Ciências, Letras, e Artes. (BRASIL, 1824, S/P).

De tal forma, apesar do avanço que a citada constituição trouxe, ao garantir a educação como um direito de todos, na prática compreende-se que este avanço não foi totalmente consolidado, onde garantiu-se apenas a educação primária para todos os cidadãos, mas por outro lado o processo educacional não foi tratado com um dever prioritário da iniciativa pública, e sim como um dever preferencial da família e da igreja, o que nos leva a entender que aconteceu um certo avanço, mas também certo retrocesso na questão educacional.

É preciso destacar que foi apenas no ano de 1828 que foi promulgada uma lei que descentralizou a criação de escolas primárias nas diferentes cidades e/ou vilas do império. A mesma foi responsável pela instituição de escolas de primeiras letras para meninas nas cidades e vilas mais populosas sob a fiscalização e responsabilidade das Câmaras Municipais (TEIXEIRA, 2008), Apesar disso, a existência de poucos professores e os baixos salários pagos pelo exercício do magistério fez a lei declinar.

Apesar disso, pode-se dizer que este período contribuiu, de uma certa forma, para a consolidação da educação primária, onde foram adotadas algumas medidas diferentes daquelas implantadas nos períodos anteriores, o que se

observa principalmente, em relação a consolidação da constituição. Nota-se que mesmo com a aprovação da mesma compreende-se que ainda há muitas conquistas à serem alcançadas.

Se durante o Império a educação teve poucos avanços, a Proclamação da República trazia novas promessas para esta área, afinal passava-se a defender a ideia de civilização do país. Todavia, passando-se o momento inicial de implantação do novo regime, a educação, vista como uma promessa para o melhoramento do país continuou a seguir os princípios do período anterior: a laicidade e a gratuidade do ensino primário, sendo todos eles previstos na nova constituição.

Neste momento o objetivo era gerar mudanças no âmbito da educação, uma das principais intenções, “era transformar o ensino em formador de alunos para os cursos superiores e não apenas preparador. Outra intenção era substituir a predominância literária pela científica” (BELLO, 2001, S/P), ou seja, a principal meta era substituir a educação tradicional pela científica. Naqueles anos observa-se uma verdadeira contenda entre literatos, médicos e juristas, os últimos se proclamando salvadores da nação. Já os primeiros, não deixavam de afirmar a importância das letras para a civilidade de uma nação (PEIXOTO apud. WANDERLEY, 2013).

Em relação às políticas brasileiras observa-se que também foram adotadas mudanças devido o acontecimento de diversos fatos sociais, como por exemplo, a Semana de Arte Moderna (1922), e a Revolta Tenentista (1924). No que diz respeito ao âmbito da educação:

Foram realizadas diversas reformas de abrangência estadual, com as de Loureço Filho, no Ceará, em 1923, a de Anísio Teixeira, na Bahia, 1925, a de Francisco Campos e Mario Casassanta, em Minas, em 1927, a de Fernando de Azevedo, no Distrito Federal (atual Rio de Janeiro), em 1928 e a de Carneiro Leão, em Pernambuco, em 1928 (BELLO, 2001, s/p).

Desse modo, constata-se que foram realizadas algumas mudanças significativas para que a educação se consolidasse, como a adição de matérias científicas, contribuindo assim para uma educação mais científica, porém, por outro viés compreende-se que essa mudança não conseguiu almejar o que a educação

realmente necessitava, gerando assim, certo descompasso no processo educacional.

No ano de 1930, o Brasil entra numa nova fase, a do capitalismo industrial, gerando assim uma grande mudança na economia e no cenário político e social do país. O mercado nacional passou a sentir a necessidade de trazer para a produção uma mão de obra mais qualificada para desempenhar as “novas” funções nas indústrias e atender as novas demandas desse mercado. Assim, compreende-se que:

Na conjuntura da década de 1930, a mudança de uma economia agrária para uma economia industrial, que representou uma virada na estrutura econômica nacional, resultou em consequentes mudanças no cenário político e social do país, repercutiu também em substanciais alterações na lógica da educação nacional, em diversos aspectos (BARBOSA, 2014, p. 3).

Assim, nesse momento, surge a necessidade de um investimento na educação, objetivando qualificar a população para que adentrasse no mercado de trabalho. A este período fora dado nome de Segunda República (1930-1936) ou Era Vargas.

De tal forma, neste momento o presidente Getúlio Vargas percebeu que para se acompanhar a mudança que estava acontecendo na economia mundial, seria necessário reformular a educação nacional. Era preciso priorizá-la.

Neste sentido, dentro do seu plano reformista, em 1930, Getúlio Vargas criou o Ministério da Educação e Saúde Pública, ocasião em que foi aprovado o Estatuto das Universidades que funcionou até o ano de 1961. No referido estatuto ficava claro que as universidades poderiam ser públicas ou privadas, observe-se, porém, que naquele momento ainda não existiam universidades no Brasil, e que quando de sua criação, as mesmas deveriam ter entre os cursos, os de Medicina, Direito, Engenharia, Educação, Ciências e Letras (OLIVEN.et al, 2002).

No ano de 1932, Fernando de Azevedo criou o Manifesto da Educação Nova. Tal Manifesto tinha como objetivo consolidar a educação como um direito igualitário para todos. Diferentemente da educação dos períodos anteriores que era necessariamente elitista. O grupo de Azevedo desejava criar uma nova

educação democrática e longe dos privilégios, tão característicos da nossa educação. Os ideias do Manifesto da Educação foram prescritos também na Constituição de 1934, que afirmava em seu Art.149:

A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores de vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana (BRASIL, 1934, 2014).

Assim, constata-se que diante da aprovação da constituição de 1934 a educação foi tratada como um direito de todos, o que nos leva a perceber o avanço da educação no referido governo, porém vale lembrar que todas estas melhorias foram alcançadas devido à necessidade de adequação das pessoas sistema capitalista.

Não demoraria para que aquela Carta fosse substituída. Em 1937 o golpe desfechado por Getúlio Vargas, leva a aprovação de nova Constituição naquele ano. Durante a ditadura Vargas, o que se percebe no campo da educação é uma espécie de regressão. A educação pública para todos saiu de cena, a ênfase neste governo é para a educação particular, onde o Estado não possuía obrigação alguma para arcar com gastos na educação, ao mesmo caberia apenas atuar como uma espécie de apoio ou auxílio (SILVA, 2013). Baseado na Constituição de 1937 fica claro em seu artigo 128 que “A arte, a ciência e o ensino são livres à iniciativa individual e a de associações ou pessoas coletivas públicas e particulares “(BRASIL, 1937, S/P).

O Período do Estado Novo (1937-1945) caracterizou-se pela ênfase no ensino profissionalizante, onde foram realizadas diversas reformas na educação, tanto no ensino secundário quanto no ensino universitário. Em 1942, foi criada a Lei Orgânica do Ensino, composta por decretos-lei que posteriormente criaram o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI (BELLO, 2011).

De tal forma, vale destacar que tais reformas implementadas por Gustavo Capanema fez com que houvesse uma mudança na educação nacional, porém, vale lembrar que mesmo com todas estas mudanças, a educação continuou voltada para a elite, ficando a população mais carente submetida à educação

profissionalizante, ou seja, a educação voltada à preparação para o mercado de trabalho.

Com o fim do Estado Novo, iniciou-se um novo momento na história brasileira Nova República (1946-1963). Este período caracterizou-se pelo cumprimento dos preceitos estabelecidos pela nova constituição de 1946, sendo eles: a obrigatoriedade do ensino primário e a responsabilidade da União para legislar sobre a educação.

Em 1946, foram travadas discussões sobre a regulamentação do ensino primário e do ensino normal, o que resultou na criação do Serviço Nacional de aprendizagem Comercial- SENAC. No mesmo ano, o Ministro Clemente Mariani mencionou uma comissão com o objetivo de criar um projeto que reformulasse totalmente a educação (BELLO, 2001). Assim, como resultado dessas discussões:

Foi sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), através da qual a educação passou a ser tida como direito de todos e ministrada pelo poder público em seus diferentes ramos, tendo o setor privado liberdade para explorar a área, na medida em que respeitasse as leis que a regesse (BARBOSA, 2014, p.5).

Porém, esta iniciativa em relação à educação não foi a única que ocorreu naquele período. Ainda durante a Nova República, em 1962, foi elaborado o Plano Nacional de Educação (PNE) por iniciativa do Ministério da Educação e Cultura. O mesmo plano no seu início foi pensado como um conjunto de metas quantitativas e qualitativas (e não uma lei) que a educação deveria alcançar em um período de oito anos (PNE, 2000). Constata-se que com a criação deste plano a educação viria a adquirir bons investimentos, o que poderia vir a garantir significativos melhoramentos e aumento de oferta de ensino.

Desta forma, após a aprovação da LDB e do PNE, percebe-se o avanço que as mesmas trouxeram para a educação, que passou a ser tida como um direito de todos garantido por iniciativa dos poderes públicos. Observamos, porém, que ainda há muitas conquistas a serem alcançadas para que a educação venha a se consolidar como um direito.

Após todas as reformas ocorridas ao longo destes anos, observa-se que no ano de 1964, com o golpe militar, onde os mesmos assumiram o controle do

Estado, todas as mudanças implementadas na educação até o momento, foram totalmente abolidas, pois eram totalmente contrárias aos ideais do novo regime.

Com a implantação do governo militar diversas mudanças foram travadas tanto na educação quanto no cenário político e social, onde apesar de toda a repressão que a sociedade sofreu, devido ao caráter político autoritário do novo governo, foi o momento em que a educação mais recebeu alterações.

Assim, pode-se dizer que “o ano de 1964 representou um marco no sistema educacional brasileiro” (BARBOSA, S/D, p.5). Nesta fase o Estado assumiu de fato a responsabilidade no que diz respeito à educação.

Porém, vale notar que todas as mudanças recebidas possuíam total relação com os interesses econômicos e políticos da época, onde a principal meta era basicamente disseminar uma educação voltada não para o desenvolvimento de uma consciência crítica, mas sim uma educação voltada para atender o mercado e os interesses políticos do novo governo, o que pode ser observado através da firmação de convênios entre órgãos como o Banco Mundial, o MEC e a USAID. Mediante o exposto constata-se que:

Os militares desenvolveram um método de ensino centrado em formar pessoas, não para a vida social, mas para o mercado de trabalho. Tentaram adequar o sistema educacional brasileiro aos seus interesses políticos, firmando diversos convênios, entre eles, o acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a United Agency of International Development (USAID). Essa parceria comprovava a subserviência da política governamental brasileira aos interesses políticos e econômicos estadunidenses, abrindo caminho, a certo ponto, à política neoliberal (ASSIS, 2014, p.4).

Em relação a estes convênios, compreende-se que os mesmos tinham como principal objetivo reformular a educação brasileira, tanto no que diz ao seu planejamento quanto ao seu funcionamento, de forma que esta organização vai desde a educação primária ao ensino médio.

Com base nestes preceitos, vale chamar atenção ao fato de que as estas reformas ocorridas no regime ditatorial, no âmbito da educação, serviram de base para que houvesse um aumento de universidades privadas, o que veio a alimentar consideravelmente a lógica privatista e mercadológica da educação durante a vigência deste regime político, abortando assim a perspectiva de

gratuidade do ensino público e da inserção das camadas populares no ensino superior, restando a estes sujeitos a educação profissionalizante.

No que diz respeito às contribuições dos governos militares para erradicar o analfabetismo no país, foi implantado o Movimento Brasileiro de Alfabetização, que ficou conhecido como MOBRAL. No entanto, o mesmo em nada contribuiu para esta erradicação, o movimento foi extinto por não cumprir o que propunha e por haver suspeita de corrupção (BELLO, 2001).

Assim, vale salientar que todas as mudanças ocorridas no cenário político, social e educacional, estiveram, naqueles “anos de chumbo”, em total relação com a lógica neoliberal e com o processo de reforma do próprio Estado, onde todas as citadas modificações tinham como principal meta atender aos interesses do capital em prol da sua (ré) estabilização, devido às crises pelo qual a economia vinha sofrendo.

Este cenário de descompromisso com a educação só veio a ser modificado nos anos 1980, onde em 1987 surgiram “dois seguimentos políticos que tratavam das questões educacionais, sendo eles o FONAPRACE (Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis) e a ANDIFES (Associação Nacional dos dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) (VASCONCELOS, 2010).

No ano de 1988 em especial, com a promulgação da nova Constituição, a educação tomou novos rumos, passando a ser reconhecida como um direito assegurado em lei, e devidamente regulamentado pelo Estado, sendo fruto de muitas lutas travadas pela sociedade. Baseado na referida Constituição compreende-se que:

Art.205. A educação, direito de todos e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p.42).

Assim, identifica-se que neste período, a questão educacional adquiriu um caráter totalmente diferente das constituições anteriores. Sendo assim, identifica-se que:

A educação passa a ser um direito público que deve ser dirigido a todas as classes sociais e a todos os níveis de idade, sem qualquer tipo de discriminação, devendo o Estado proporcionar condições para que todos tenham acesso de modo igualitário a esse direito (VASCONCELOS, 2010, p. 404).

Porém, é importante salientar que a chamada "Constituição Cidadã" recém-aprovada, e com a educação devidamente regulamentada naquela Carta, diversos direitos também foram conquistados, como por exemplo, os direitos políticos e sociais. Evidencia-se, portanto, que todas estas conquistas alcançadas, foram tidas como um marco para a história da humanidade em termos de direitos.

Sendo assim, pode-se afirmar que os anos 80 contribuíram significativamente para com o processo educacional, onde as muitas práticas assistencialistas adotadas nos períodos anteriores foram abolidas, devido à regulamentação e seguridade da educação em lei.

Com a entrada dos anos 1990, as conquistas alcançadas na década anterior sofreram uma regressão, principalmente no que diz respeito aos direitos sociais e a educação, que a partir do momento em que é transferiu ao Estado à responsabilidade e o dever de garantir o acesso dos trabalhadores à educação, o mesmo passou a investir na abertura e ampliação de universidades privadas, e das EAD (Educação a distância), havendo, assim, uma expansão do ensino superior. Entretanto, apesar desta ampliação, as camadas mais pobres da sociedade não conseguiram se inserir neste campo.

Porém, cabe ressaltar que a ampliação das universidades, neste momento, foi fruto da política econômica neoliberal implantada por Fernando Henrique Cardoso (FHC) no país, e das diretrizes do Banco Mundial, que tinha como principal objetivo a mundialização do capital caracterizado pela privatização, gerando assim, uma série de ajustes e reformas que rebatem diretamente as políticas sociais, e na estruturação das universidades. De acordo com Netto:

O primeiro mandato do Governo Fernando Henrique Cardoso tinha um objetivo muito claro: adequar antes de tudo, a estrutura do Estado às exigências de uma nova inserção do país, mais subalterna, porém mais eficiente, aos interesses do capital financeiro mundial (NETTO, 2000, P.16)

Assim, verifica-se no governo FHC houve intensa privatização, onde o Estado passou a se desresponsabilizar para com a sociedade, o que culminou com a privatização do que é público, repassando assim a sociedade a ideologia de que tudo que é público não é eficiente, não serve. Isto pode ser observado através da regressão de vários direitos, em especial a educação, observando-se uma desvalorização e sucateamento das universidades públicas.

Na primeira década do século XXI, especificamente no governo de Luís Inácio Lula da Silva (LULA), identifica-se que a política privatista da educação e sua mercadorização se configurou como uma forte tendência adotada pelo governo, o que pôde ser identificado através da elaboração e adoção de uma série de documentos, leis, medidas provisórias, decretos (LIMA, 2008) e de Políticas de Assistência Estudantil ofertadas aos estudantes que não possuem condições financeiras para arcar com os estudos. Assim, compreende-se que estas medidas acabam reforçando a lógica privatista da educação.

Outra característica observada durante o governo do petista Lula, diz respeito ao incentivo aos cursos técnicos e profissionalizantes. Tais cursos possuem como principal meta uma formação técnica e profissional para a execução de tarefas específicas em áreas específicas. Estes cursos normalmente são realizados em tempo curto, ou seja, o principal objetivo é basicamente a preparação dos jovens, para que os mesmos adentrem no mercado de trabalho, atendendo assim as exigências e demandas do capital.

Em relação às medidas adotadas para garantir a ampliação e o acesso das camadas mais pobres da sociedade ao ensino superior, pode-se citar algumas como o REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), o PROUNI (Programa Universidade para Todos), o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), o PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil), dentre outros.

Sendo assim, cumpre observar que a educação no Brasil passou por uma série mudanças que devem ser analisadas em suas particularidades e, tomando-se por referência os diferentes períodos históricos, mudanças estas, que possuíam como objetivo a adequação do sistema educacional aos interesses econômicos do capital, caracterizado pela disseminação e ampliação da educação

privada e de cursos profissionalizantes, atendendo assim os interesses da elite, impedindo assim, o acesso de grande parcela da população no ensino superior.

Portanto, identifica-se que apesar de todo o avanço que a educação sofreu através com a promulgação da Constituição Federal de 1988, onde a educação passou a ser tomada como um direito de todos, na prática observa-se que de fato isto não aconteceu, pois o acesso ao ensino superior é ainda um espaço ocupado majoritariamente pelas camadas mais ricas da sociedade, relegando aos sujeitos das camadas menos abastadas a educação de caráter profissionalizante. O que ocasiona tensões, mas também negociações entre os agentes das diversas classes sociais, uma vez que esta solução [a implementação de cursos profissionalizantes] reforça a ideia de que a formação profissional através de cursos técnicos é a melhor forma para a disseminação educacional.

## 2 A Educação Profissionalizante no Brasil

A educação profissionalizante constitui-se como uma modalidade de ensino característica da sociedade brasileira, onde a mesma pode ser observada desde os primórdios da sociedade até se chegar à contemporaneidade.

Porém, para que venhamos a desvendar e compreender como esta modalidade de ensino se consolidou no país, faz-se necessário tomarmos conhecimento da sua trajetória histórica e dos principais acontecimentos que influenciaram significativamente para sua concretização, pois não se pode chegar ao conhecimento de uma realidade, sem antes conhecer sua historicidade.

Primeiramente, cabe destacar que foi durante o período colonial, período este marcado pela economia agroexportadora, em que observam-se as primeiras iniciativas voltadas ao trabalho manual caracterizado pelo uso da força física. Este tipo de trabalho era exclusivamente exercido pelos escravos, onde a estes não lhes era permitida o acesso à educação ou qualquer outro tipo de ocupação diferenciada, cabendo apenas aos homens livres à aprendizagem de profissões e ofícios por meio das Corporações de Ofício (CANALI, 2014).

Porém, cabe lembrar, que neste momento a Coroa Portuguesa era totalmente contra a implantação de estabelecimentos industriais, onde foram fechados diversos estabelecimentos, abortando assim a ideia de modelo industrial existente, uma vez que era de interesse da Coroa a manutenção do modelo econômico extrativista.

Assim, pode-se dizer que a ideia de educação profissionalizante só veio a ressurgir no país, por volta dos anos 1809 por iniciativa do príncipe regente D. João VI. Cabe lembrar que no seu início, a educação profissional surge atrelada a uma perspectiva assistencialista, onde o seu principal objetivo era basicamente amparar os órfãos e pobres existentes na sociedade, através do ensinamento das primeiras letras e de ofícios como carpintaria, sapataria etc. (ESCOTT e MORAES, 2012)

Deste modo, vale salientar que a implantação deste modelo de educação nasceu atrelada a uma diferenciação entre as classes sociais, onde a elite era reservada a educação propedêutica ou intelectual, restando às classes menos

favorecidas da sociedade a educação profissionalizante baseada no trabalho manual.

Com a entrada do século XX, a preocupação com a educação volta-se para a preparação ou qualificação dos operários para o exercício profissional, onde observa-se que nesta fase, o Estado passa a assumir um certo compromisso com a educação profissional no país, o que pode ser observado através da criação de escolas de artes e ofícios. Sendo assim, compreende-se que:

É a partir de 1909 que o Estado brasileiro assume a educação profissional e cria 19 escolas de artes e ofícios em diferentes unidades da federação, sendo essas, as precursoras das escolas técnicas estaduais e federais (KUENZER apud. ESCOTT e MORAES, 2007, p. 27).

Sendo assim, identifica-se que a criação destas escolas trouxe a tona o caráter de uma certa responsabilização do Estado para com a educação, onde era ofertada a população o ensino profissional primário e gratuito, mas na prática, observa-se que de fato isto não se consolidou, pois a educação disseminada por estas escolas tinha por finalidade educar através da repressão, ou seja, a educação era mais voltada a formação moral dos indivíduos pelo trabalho, do que para a qualificação dos mesmos. Deste modo, verifica-se que:

Essas escolas tinham a finalidade moral de repressão: educar pelo trabalho, os órfãos, pobres, e desvalidos da sorte retirando-os das ruas, caracterizando-se como política pública moralizadora da formação do caráter pelo trabalho (KUENZER apud. ESCOTT e MORAES, 2007, p. 27).

Observa-se que mesmo com a oferta da educação profissionalizante por meio destas escolas, estas não conseguiram disseminar uma educação eficiente e satisfatória no que diz respeito ao atendimento das demandas postas pelas indústrias, devido a uma série de fatores como as precárias condições de funcionamento, e a escassez de mestres qualificados para ensinar o ofício. O resultado disso foi basicamente a evasão de grande parte dos alunos (CANALI, 2014).

Após este período, verifica-se que na Primeira República houve uma mudança na estruturação do ensino técnico profissional, onde o mesmo adotou uma série de modificações nas instituições de ensino, onde dentre elas identifica-se a

ampliação das instituições profissionalizantes, pois “acreditava-se que pela multiplicação de instituições escolares, a nação chegaria a se igualar às grandes potências do mundo e tiraria o povo da situação de marginalidade” (CANALI, S/D).

Compreende-se que, neste período começam a surgir no país, embora que de forma embrionária, a importância de se abolir o analfabetismo através da escolarização, para que assim, o país viesse a se desenvolver economicamente.

No entanto, com a entrada dos anos 1930, observa-se uma mudança no cenário econômico do país, onde o mesmo adentra no capitalismo industrial, gerando assim, uma série de mudanças tanto na sociedade, quanto na educação profissionalizante, onde em relação a esta, pode-se dizer que houve a necessidade de sua institucionalização, para que assim os jovens e adultos viesse a qualificar a sua mão de obra para adentrar nas indústrias. De tal forma, compreende-se que:

Ao longo das décadas de 1930 e 1940, pode-se perceber o desenvolvimento de alternativas voltadas à formação dos trabalhadores. Até 1932, o curso primário vinha acompanhado das alternativas de curso rural e curso profissional com quatro anos de duração. Após esses quatro anos, o aluno poderia cursar alternativas de trajetória voltadas exclusivamente para a formação para o mundo do trabalho no nível ginásial, dentre elas o normal, o técnico agrícola ou o técnico comercial. Tais possibilidades de formação eram sustentadas pelas características de um período histórico em que as atividades secundárias e terciárias eram incipientes e não davam acesso ao ensino superior (ESCOTT e MORAES, 2012, p. 3).

Assim, percebe-se que com a entrada do país neste processo de industrialização, houve uma certa pressão da população para com a responsabilização do Estado com relação a educação, com resultado disto, pode ser observado à criação da Reforma Capanema no ano de 1932, que trouxe uma série de mudanças na educação profissionalizante, onde em relação a estas, pode-se citar a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e a regulação do ensino industrial e secundário (CANALI, 2014). Em relação às mudanças que Reforma Capanema trouxe para a educação, pode-se dizer que:

A Reforma Capanema estruturou a educação brasileira, denominada regular, em dois níveis: a educação básica e a superior; fez o ajuste entre as propostas pedagógicas existentes para a formação de intelectuais e

trabalhadores, segundo as mudanças que ocorriam no mundo do trabalho. No bojo da Reforma Capanema de 1942, foram incluídos uma série de cursos profissionalizantes para atender diversos ramos profissionais demandados pelo desenvolvimento crescente dos setores secundário e terciário, por isso, escolas e cursos começaram a se multiplicar com essa finalidade sem que a conclusão desses cursos habilitassem para o ingresso no ensino superior (CANALI, 2014, p. 9).

Porém, mesmo com todos estes avanços através da ampliação de cursos profissionalizantes, observa-se um retrocesso, pois existiam duas modalidades de ensino divergentes, sendo um deles voltado às classes menos favorecidas (cursos profissionalizantes), e outro voltado a elite (cursos superiores), o que acaba reforçando uma diferenciação entre as classes sociais.

No entanto, pode-se dizer que com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases no ano de 1961, esta diferenciação foi aparentemente excluída, onde neste momento houve uma integração entre o ensino profissional e o sistema regular de ensino, gerando assim uma equivalência entre os cursos profissionais e propedêuticos. Isto pode ser observado através do artigo 47, do capítulo III da referida lei. Baseada na mesma identifica-se que:

Art. 47. O ensino técnico de grau médio abrange os seguintes cursos:  
Industrial;agrícola;comercial.

Parágrafo único. Os cursos técnicos de nível médio não especificados nesta lei serão regulamentados nos diferentes sistemas de ensino (BRASIL, 1961, S/P)

Entretanto, observa-se que houve um pequeno avanço no ensino profissionalizante com a aprovação desta lei, porém destaca-se que ainda existem muitas conquistas a serem alcançadas para que a educação profissionalizante venha a ser consideradas com mesmo grau de equivalência com o ensino superior, erradicando assim a diferenciação existente entre as duas modalidades de ensino.

Com o Golpe Militar de 1964, onde o mesmo período ficou conhecido como Ditadura Militar, identifica-se uma profunda modificação na educação básica, onde com a aprovação da Lei nº 5.692/ 1971, a mesma tinha como meta tornar a educação de nível médio profissionalizante para todos que nela ingressassem, ou seja, neste momento a educação profissionalizante tornou-se obrigatória, sendo uma forma do governo manipulador e autoritário atender as demandas postas pelo capital, contribuindo assim para a intensificação do processo

de industrialização no país, e de sua inserção na fase de industrialização subalterna conhecida historicamente como milagre brasileiro (ESCOTT e MORAES, 2012). Sendo assim, baseado na referida lei especificamente no seu artigo 4º, identifica-se que:

§ 1º- a preparação para o trabalho, como elemento de formação integral do aluno, será obrigatória no ensino 1º e 2º graus e constará dos planos curriculares dos estabelecimentos de ensino (BRASIL, 1971, S/P).

Porém, mesmo com toda a modificação que esta lei trouxe para o sistema educacional, compreende-se que na prática estas mudanças acabaram sendo restritas apenas ao âmbito público, onde a educação propedêutica e privada continuou voltada para a elite.

Sendo assim, a profissionalização compulsória só veio a ser extinta no ano de 1982 através da Lei 7.044, onde identifica-se que neste momento, esta modalidade de educação perde o seu caráter obrigatório. Entretanto, mesmo com essa extinção da obrigatoriedade da educação compulsória, a mesma continuou com a diferenciação existente entre as modalidades de ensino para as “elites” e as “camadas populares”, onde não significou um grande avanço.

No entanto, a educação profissionalizante só veio a ser amplamente modificada no ano de 1988 através da promulgação da Constituição Federal, onde a educação foi tratada como um direito universal. Porém, cabe frisar que a educação profissional não foi especificamente tratada como um direito, mas observa-se que lhes foi atribuída alguma importância, onde a mesma pode ser observada especificamente no artigo 218, onde o mesmo vem trazer que:

Art. 218. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas.

§ 1º A pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.

§ 3º O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnológica, e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho (BRASIL, 1988, p. 44).

De tal forma, mesmo com todo o avanço que a constituição vem trazer para com a educação, verifica-se que a educação profissional não foi tratada

explicitamente como um direito, onde está só veio a ser totalmente modificada com a aprovação da LDB (Lei de Diretrizes e Bases) de 1996.

A nova LDB vem trazer que a educação profissional deverá ser ministrada nas Escolas Técnicas Federais (ETF) e nas Escolas Agrotécnicas Federais (EAF), onde o mesmo ensino poderá ser tanto conjunto com o ensino médio, quanto sequencial, ou seja, após o término de ensino médio, onde após a conclusão do mesmo curso, o aluno deverá receber uma certificação que conste a sua habilitação para inserção no mercado de trabalho. Assim, baseado na mesma lei e de acordo com o seus artigos 36 e 41, constata-se que:

Art. 36-B. A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas:

I – articulada com o ensino médio;

II – subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio.

Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos (BRASIL, 1996, S/P).

Sendo assim, baseado no exposto, compreende-se que a educação profissionalizante foi consideravelmente modificada neste momento, onde a mesma perdeu o seu caráter de obrigatoriedade, mas por outro lado, verifica-se que toda esta mudança tinha por finalidade atender o mercado, não contribuindo assim, para a concretização de uma educação de qualidade e que garanta o ingresso das classes menos favorecidas na educação superior, o que acaba reforçando a exclusão existente entre as classes sociais.

Porém, com a aprovação do decreto 2.208 no ano de 1997, verifica-se uma mudança na estruturação da educação, onde a partir da aprovação deste houve uma desvinculação dos ensinos médios e técnicos, o que pode ser observado no seu artigo 5º, onde o mesmo vem nos trazer que:

Art. 5º A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente de ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este (BRASIL, 1997, S/P).

De tal forma, verifica-se que a regulamentação deste novo decreto vem reforçar consideravelmente a dualidade existente entre formação geral e a formação profissional, onde segundo as palavras de Canali compreende-se que,

O resultado dessa configuração da educação profissional por meio do decreto 2.208/1997, constitui-se em, mais uma vez, num sistema paralelo, um subsistema de ensino que conserva a estrutura dualista e segmentada da educação profissional- que se arrasta desde o Império - que rompe com a equivalência, permitindo apenas a articulação entre as duas modalidades de ensino (CANALI, 2014, p.15).

No mesmo ano de 1997, o governo lançou o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) que tinha por finalidade reformular a educação profissional.

Dentre os principais objetivos do programa estavam “a separação formal entre o ensino médio e a educação profissional e o ordenamento de currículos sobre a forma de módulos” (ORTIGARA e GANZELI, 2014, p.5), como também, a criação de novos centros de educação profissionalizante através da iniciativa dos estados ou dos municípios, onde a criação dos mesmos poderia ser tanto isoladamente, quanto conveniada com o setor privado (CANALI, 2014). Assim, constata-se que a criação deste programa vem reforçar consideravelmente a diferenciação existente entre as duas modalidades de ensino.

Com a entrada nos anos 2000, mais precisamente no governo LULA, identifica-se uma nova mudança no que diz respeito à educação e sua estruturação. Neste período as mudanças ocorridas no âmbito da educação ganharam uma ampla dimensão, onde as mesmas não ficaram restritas apenas a educação técnica, pois, compreende-se que as mesmas abarcaram a educação em um modo geral, ou seja, desde a educação básica a se chegar a superior.

Porém, identifica-se que no ano de 2004 foi aprovado o decreto nº 5.154 (que revogou o antigo decreto de 1997), onde neste momento fora tido como o principal instrumento de regulamentação da educação profissional.

Com a sua aprovação, a educação profissional retomou o seu caráter de integração com o ensino propedêutico tal qual havia sido regulamentado no decreto de 1996, onde agora a educação profissional técnica poderá ser desenvolvida integrada com o ensino médio, quanto subsequente. De acordo com o decreto nº 5.154, especificamente no seu artigo 4º, o mesmo vem nos trazer que:

§1º A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

I – Integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II – concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou estejam cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso. (BRASIL, 2004).

Este novo decreto de 2004, vem trazer que a educação profissional também poderá ser desenvolvida em três modalidades, sendo elas: formação inicial, educação profissional de nível médio e educação profissional tecnológica.

No ano de 2005, o governo lançou um novo decreto de nº 5478 que instituiu “no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Jovens e Adultos - PROEJA” (ORTIGARA e GANZELI, 2014, p.7)”. Assim, fica evidente a disposição de governo em desenvolver programas quem venham a qualificar a mão de obra dos trabalhadores tanto dos jovens quanto dos adultos, para assim vir atender as demandas postas pelo capital, atendendo assim o mercado de trabalho.

Pode-se observar que no ano de 2007, fora lançado o Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE) que veio a reorganizar a educação profissional, onde este programa vem trazer que esta modalidade de educação deverá ser desenvolvida nos Institutos de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET), assim observa-se que este programa veio a trazer uma considerável expansão da rede federal de ensino.

Ainda no mesmo ano, verifica-se a promulgação de mais um decreto, sendo ele o de nº 6.302 que veio a instituir o Programa Brasil Profissionalizante. O mesmo decreto, de acordo com seu artigo 1º vem despor que:

Art.1º Fica instituído, no âmbito do ministério da Educação, o Programa Brasil Profissionalizante, com vistas a estimular o ensino médio integrado à educação profissional, enfatizando a educação científica e humanística, por meio da articulação entre formação geral e educação profissional no contexto dos arranjos produtivos e das vocações locais e regionais (BRASIL, 2007).

Sendo assim, baseado no mesmo programa, pode-se observar que alguns dos seus principais objetivos eram basicamente a expansão e melhoria da qualidade da educação, através da combinação entre formação geral, científica e cultural, incentivo ao retorno de jovens e adultos na escola, e a fomentação da oferta de cursos técnicos de nível médio, o que acaba firmando a ideia de a educação profissionalizante ser uma modalidade mais fácil e melhor de se alcançar uma carreira profissional, eliminando assim a ideia de ingresso das classes menos favorecidas na educação superior.

No ano de 2008 foi promulgado o decreto nº 11741, que vem trazer mais uma vez a articulação entre o ensino médio e o profissional, onde o ensino dos cursos técnicos e profissionalizantes deveriam ser organizados “de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação” (ORTIGARA e GANZELI, 2014, p.8).

Em 2010, último ano do governo LULA, vale destacar que ainda foram promulgados alguns decretos relacionados à educação, sendo eles os de nº 7311, nº 7312 e nº 7313, que vieram a modificar mais uma vez a estruturação da educação, onde neste momento não se pretende realizar um detalhamento sobre os mesmos.

Mediante o exposto, e de acordo com todo o percurso histórico realizado para se compreender como a educação profissional se consolidou no Brasil, pode-se concluir, que esta modalidade de ensino surge atrelada a necessidade do governo em atender as demandas do capital para assim desenvolver a economia do país, onde a forma encontrada para atender a esta necessidade, foi basicamente a oferta de cursos profissionalizantes, para assim qualificar os jovens e adultos para que os mesmos ingressassem no mercado de trabalho, atendendo assim as suas demandas.

Entretanto, mesmo com a oferta destes cursos verifica-se uma disparidade, pois os cursos profissionalizantes tinham como objetivos (além de atender o mercado), incluir as classes menos favorecidas no processo educacional, diferentemente da educação superior que desde os primórdios esteve voltada ao atendimento das elites.

Portanto, compreende-se que para que houvesse uma amenização desta disparidade, o governo passou a lançar uma série de decretos, que tinham por finalidade diminuir a diferenciação existente entre as duas modalidades de ensino, embora não tenha conseguido alcançar esta diminuição. Sendo assim, não se pode deixar de observar que estes decretos realizaram uma grande conquista, pois foi exatamente através da promulgação destes, que esta modalidade de educação passou a ser devidamente regulamentada. De tal forma, identifica-se que ainda existem muitas conquistas a serem alcançadas, para que esta dualidade estrutural existente venha a ser superada.

### **3 A educação de jovens e adultos: um estudo sobre o PROEJA no Instituto Federal da Paraíba (IFPB)**

#### **3.1 Percurso Metodológico**

Entende-se por metodologia o caminho a ser percorrido para se chegar ao conhecimento de uma dada realidade, onde para que venhamos a conhecer essa realidade devemos utilizar uma série de instrumentos e técnicas. Sendo assim, segundo o pensamento de Minayo (2012, p. 15) compreende-se que “na verdade a metodologia é muito mais que técnicas. Ela inclui as concepções de abordagem, articulando-se com a teoria, com a realidade empírica e com os pensamentos sobre a realidade”.

De tal forma, para que venhamos a escolher uma metodologia é necessário escolher os instrumentos que melhor se adéquam a abordagem do objeto, para assim vir a conhecê-los em profundidade.

A pesquisa de campo descrita neste capítulo propõe uma relação dos dados obtidos pela pesquisa bibliográfica e de campo.

O referido trabalho envolveu um levantamento bibliográfico que atravessou todo o corpo deste estudo, o que objetivava explicar a realidade estudada. Com este propósito, fez-se um apanhado dos diversos autores que escrevem sobre a educação na busca de conhecer a história e a estrutura educacional imposta no Brasil, o que consideramos fundamental para a compreensão do problema em estudo, sendo ele os principais motivos que os jovens deixam de estudar no período considerado regular, e posteriormente quais as principais mudanças que ocorrem em suas vidas após o ingresso neste curso.

A pesquisa de campo foi realizada com os estudantes do PROEJA do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) – Campus Sousa-PB.

Entendendo-se que a pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que objetiva procurar a informação diretamente com os sujeitos da pesquisa, ela exige que o pesquisador tenha uma maior aproximação com tais sujeitos. De acordo com Marconi e Lakatos (2008, p.43)

Toda pesquisa implica o levantamento de dados de variadas fontes, quaisquer que sejam os métodos ou técnicas empregadas. Os dois processos pelos quais se podem obter os dados são a documentação direta e a indireta. A primeira constitui-se, em geral, no levantamento de dados no próprio local onde os fenômenos ocorrem. Esses dados podem ser conseguidos de duas maneiras: através da pesquisa de campo ou da pesquisa de laboratório.

Normalmente a pesquisa de campo é realizada após o estudo bibliográfico, uma vez que é necessário que antes de ir a campo o pesquisador tenha um bom nível de conhecimento sobre o objeto do seu estudo. De acordo com Marconi e Lakatos, é durante a pesquisa bibliográfica que o pesquisador vai definir os objetivos da pesquisa, os meios de coleta de dados, como se dará a amostragem e como os dados serão analisados. Sendo assim, compreende-se que:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas (GIL, 2006, p.50).

Dentre as diversas modalidades de pesquisa de campo, o nosso estudo optou pela de caráter exploratória, que tem como intenção melhorar os conhecimentos do pesquisador sobre o assunto em estudo. Esta modalidade de pesquisa de campo pode ser usada para ajudar, dentre outras coisas, na elaboração de questionários.

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato (GIL, 2006, p.27).

Dentre os métodos de coleta de dados, utiliza-se questionários e entrevistas. No nosso estudo, optamos pelo primeiro, dado as dificuldades em aplicar o segundo método.

Quanto ao questionário, trata-se de um conjunto de perguntas realizados com os sujeitos selecionados, sem a necessidade da presença do pesquisado, pois ele compreende as seguintes etapas: Entrega do formulário com

estipulação de prazos para entrega; entrega concomitante de carta de autorização dos direitos da pesquisa; leitura do questionário pelo próprio sujeito pesquisado e que consentiu a utilização das informações e respostas. Há vários modelos de questionários, para este estudo utilizou-se aqueles semiestruturados, composto por questões abertas. O objetivo era que o colaborador respondesse aos objetivos da referida pesquisa. A ordem das perguntas propostas procurou seguir uma sequência lógica iniciando com perguntas mais simples e terminando com aquelas mais específicas.

Os questionários foram realizados com a autorização e consentimento dos sujeitos envolvidos. Para evitar contratempos, agendamos previamente o dia e horário, por meio de ligações telefônicas. Entregou-se o questionário e a carta de autorização, como previsto. Pediu-se para que os alunos lessem o questionário e antes que os mesmos respondessem as questões, foi explicado a eles os objetivos da pesquisa. Também foi informado que eles poderiam desistir da pesquisa se fosse de sua vontade. Os questionários foram respondidos no dia 9 (nove) de abril de 2014.

Os sujeitos dessa pesquisa foram identificados por siglas. O universo total de alunos matriculados no curso PROEJA é de 76 (setenta e seis), somente 3 se propuseram a colaborar com a nossa pesquisa. Apesar do número reduzido de colaboradores, foi possível compreender a importância daquela modalidade de ensino para suas vidas. A negativa daqueles que, com todo o direito, não se dispuseram a participar da nossa pesquisa, apesar de termos explicados nossos objetivos previamente, poderia ser também analisada sob a perspectiva dos insucessos, medos, limitações, tensões, negociações e mesmo sucessos que fazem parte de suas trajetórias até chegar aquela sala de aula. Não analisamos estas questões por limitação do nosso tempo.

Por fim cabe dizer ainda trata-se de uma pesquisa qualitativa, onde se considera a subjetividade dos sujeitos envolvidos nas pesquisas, assim como suas particularidades, aspectos que não podem ser quantificáveis.

Em relação ao método qualitativo Richardson (2012, p.79) vem nos trazer que “o método qualitativo difere, em princípio, do quantitativo à medida que

não emprega um instrumento estatístico como base do processo de análise de um problema. Não pretende numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas”.

Assim, analisamos nossas fontes a fim de melhor compreender as principais contribuições de tal curso para as vidas dos alunos do PROEJA no IFPB-Sousa-PB.

### **3.2 A Educação de Jovens e Adultos (EJA): principais contribuições desta modalidade de ensino para a vida dos jovens e adultos.**

O estudo da referida problemática se deu através das experiências adquiridas no campo de estágio, onde tentamos compreender quais as principais contribuições que esta modalidade de ensino vem trazer para os alunos inseridos neste universo, e os motivos pelos quais os alunos deixaram de frequentar o ensino regular no tempo considerado indicado e, posteriormente retornar a escola para a conclusão dos estudos, desta vez, na modalidade PROEJA.

Com a finalidade de conhecer mais profundamente quais os principais fatores que contribuem para que os jovens e adultos tenham abandonado seus estudos e, buscando compreender suas motivações para que os tenha retomado a partir dos cursos integrados médio e técnico no IFPB, na modalidade já apontada é que se fez necessário a pesquisa de campo com utilização de questionários. Também buscou-se conhecer quais as principais implicações e contribuições que estes alunos esperam alcançar para suas vidas a partir do curso de Agroindústria na modalidade PROEJA.

Já explicado o método, os objetivos e o objeto da pesquisa, cabe a analisar dos dados coletados. Assim, num primeiro momento, procuramos identificar o perfil dos estudantes que frequentam o referido curso. Observou-se que os alunos possuem idade entre 20 e 30 anos; em sua grande maioria estes estudantes não exercem qualquer tipo de profissão, sendo dependentes de seus familiares, cuja renda não é superior a um salário mínimo. Em relação a sua naturalidade observa-se que são alunos provenientes da cidade de Sousa e frequentam o curso técnico integrado ao ensino médio em Agroindústria.

Depois de conhecer brevemente o perfil socioeconômico dos nossos colaboradores, buscamos compreender quais as suas motivações pessoais para não ter cursado os estudos no período considerado regular. As respostas não foram de forma alguma homogêneas. E somente um deles afirmou ter deixado os estudos por necessidade de trabalhar. Conforme observamos, C.I.S. afirmou que deixou de estudar por que teve que viajar. Não discordamos de sua motivação, mas ela nos parece mais complexa. Não se trata apenas de uma viagem a lazer, pois C.I.S.

sugere adiante que a viagem foi por questões financeiras e que o seu retorno às salas de aula foi exatamente buscando uma qualificação para conseguir um emprego, como se vê: “voltei a estudar nesta modalidade de ensino para entrar no mercado de trabalho” (2014).

Outros alunos, todavia nos apresentam outras explicações, para terem abandonado seus estudos. Notamos em A.V.L., uma sinceridade preocupante, afirmou: “eu deixei de estudar por que eu não gostava do antigo colégio em que eu estudava” (2014). Apesar de parecer uma motivação banal, para alguns críticos, na nossa opinião, acreditamos que esta sinceridade (para o que o questionário é um ótimo recurso, pois o sujeito pesquisado se sente mais a vontade para dizer o que pensa) reflete um grande problema das nossas escolas e de nosso ensino que cria currículos rígidos que se distanciam das necessidades dos sujeitos que vivem em condições de risco. Somem-se a isso professores mal remunerados, e por tanto desestimulados ensinado por métodos ultrapassados aqueles assuntos desprovidos de vida. A resposta de A.V.L. nos permite refletir sobre o que se tem chamado de escola/colégio e/ou ensino nos municípios brasileiros, que identificamos como cursos que servem apenas para expor o programa do currículo nacional.

Já E.S. afirmou “terminei o ensino médio e voltei a estudar curso técnico”. Também analisamos esta afirmação, ora, depois de concluir o ensino médio porque não escolheu o curso superior? Não foi perguntado a E.S o motivo de ter optado pelo curso técnico, mas fazemos uma reflexão: é possível que este sujeito tenha tentado vestibular para cursar ensino superior e não tenha sido bem sucedido, tenha procurado o ensino técnico, para que tornasse mais fácil seu ingresso no mercado de trabalho, o que é uma característica histórica do Brasil como analisamos anteriormente.

No que diz respeito às perspectivas que os alunos inseridos nesta modalidade de ensino almejam ao concluir este curso, percebemos a unanimidade dos alunos ao enfatizarem que a principal perspectiva faz referência ao ingresso no mercado de trabalho, o que pode ser observado na resposta do aluno A.V.L. ao afirmar ser seu desejo “ter um bom emprego” (2014).

Observamos ainda, que na grande maioria das vezes os alunos que procuram este ensino são provenientes das classes menos favorecidas da

sociedade e, em face disso, sentem a necessidade de uma qualificação mais rápida para o mercado de emprego (característica da educação profissionalizante), uma vez que precisam se manter e manter suas famílias.

Já os alunos E.S e C.I.S responderam a mesma pergunta da seguinte maneira: “ meu objetivo é conseguir montar meu próprio negócio”(E.S.,2014), e “meu maior desejo com esse curso é encontrar um bom emprego”(C.I.S, 2014), as respostas deixam em evidente que, depois de deixarem o ensino regular por qualquer um dos motivos expostos e outros que não se pode identificar neste estudo, os jovens e adultos buscam este ensino com a pretensão de uma futura melhoria em sua situação econômica através de sua inserção em um bom emprego ou em um emprego melhor do que aquele que ele próprio experimentou ou que seus familiares exercem.

Ao analisarmos os relatos sobre qual a avaliação que os alunos partilham sobre o curso no qual estão inseridos, observamos que os participantes afirmaram que trata-se de um bom curso e que oferece um leque de oportunidades para as pessoas nele inseridas. Mas, cabe fazer um questionamento sobre esta opinião. Será que este curso realmente oferece realmente muitas oportunidades as pessoas que estão fora desse mercado de trabalho tão concorrido que temos atualmente? Será que após o termino do curso todos irão conseguir um emprego na área e nos cargos para o qual se qualificou? Esta é uma resposta bastante complexa para se chegar, pois sabemos que no sistema em estamos inseridos, a qualificação constituiu-se como a principal ferramenta para inserção no campo profissional, mas em contra partida, esta qualificação não nos garante esta inserção, uma vez que há um grande contingente profissional disponível no mercado. Mas isso é só para refletir... Neste estudo nos interessa saber as perspectivas dos alunos do PROEJA quanto as promessas que o curso traz para estes sujeitos.

Assim, na tentativa de compreender como os alunos se sentem em relação ao ambiente escolar, uma vez que, este público em específico, possui uma particularidade que os difere dos alunos inseridos na escola “regular”, perguntamos: a escola que frequentam é um lugar acolhedor, para o que todos responderam positivamente. Nesta mesma linha perguntamos também se os professores os estimulam e incentivam a concluírem seus cursos e se aperfeiçoarem na área,

nossos colaboradores garantem que a escola é um lugar bastante estimulante, onde oferecem aulas práticas em conjunto com as aulas teóricas, onde os alunos possuem a oportunidade de pôr em prática os seus conhecimentos, o que acabam gerando um estímulo a mais para a continuidade no curso.

Diante do que foi dito, vale salientar, que os professores também possuem um papel fundamental na tarefa manter seus alunos em sala de aula, de fazer com que as aulas sejam prazerosas, com que a escola seja este lugar em que se procura conhecimento para se sentir capaz de lutar por uma vaga no disputado mercado de trabalho. Assim, cabe aos professores colaborarem para a formação e o incentivo destes jovens e adultos para como os estudos, uma vez que, a educação constitui-se como a principal ferramenta para a formação moral e profissional dos jovens e adultos num país onde o número de analfabetos é alarmante<sup>2</sup>. Conclui-se, portanto, de acordo com os colaboradores desta pesquisa que os mesmos se sentem estimulados por parte dos professores e da escola a concluírem seus estudos naquela modalidade.

Por último, ao perguntarmos aos participantes da pesquisa sobre a principal mudança que ocorreu em suas vidas após o ingresso no referido curso, detectamos significativas mudanças em suas vidas. A principal contribuição diz respeito ao aperfeiçoamento de suas habilidades para o ingresso no mercado de trabalho e na vida profissional, uma vez que o mesmo curso ampliou as suas perspectivas em relação ao ingresso na carreira profissional, ou até mesmo o incentivou para a montagem de um negócio próprio, o que pode ser observado na resposta do aluno A.V.L. ao afirmar: “depois que comecei a fazer este curso muita coisa mudou em minha vida, como eu vô abrir uma fábrica de leite” (2014).

E se E.S. e C.I.S. não se tornaram empresários como A.V.L., nem por isso deixaram de sentir melhorias em suas vidas depois de se tornarem alunos do curso de Agroindústria na modalidade PROEJA do IFPB, como se observa em seus relatos: C.I.S., observa: “aprendi muito com os professores, conheci pessoas novas”, E.S. também afirmou está aprendendo muita coisa que não sabia em relação as aulas práticas e teóricas todos os dias.

---

<sup>2</sup> Segundo dados do IBGE, observam-se que no ano de 2010 a taxa de analfabetismo das pessoas entre 15 anos ou mais de idade no Brasil chega a 9,6%.

Analisando os relatos uma coisa é notória: estes jovens e adultos estão mais confiantes com relação a sua capacidade de conseguir melhorar de vida.

Portanto, a partir da experiência vivenciada no campo de estágio e com base nos relatos contidos nos questionários, pode-se observar que a principal contribuição que o curso PROEJA vem trazer aos jovens e adultos que nele ingressam é a perspectiva de uma qualificação profissional que os inclua no mercado de trabalho, lugar este marcado pela exclusão, onde normalmente só permanecem as pessoas que conseguem se qualificar. Fica a questão (para refletir).

Não foi nosso desejo encerrar nosso trabalho nestas páginas, há muito mais o que dizer e compreender sobre estes jovens e adultos inseridos nesta modalidade de ensino, e principalmente sobre suas vivências no cotidiano que acabam obrigando-os a desistirem dos estudos, porém para que venhamos a compreender mais profundamente os fatores que implicam estas desistências será necessário um estudo mais preciso futuramente.

## CONCLUSÃO

Frente o exposto, e de acordo com as experiências adquiridas no campo de estágio, podemos afirmar que a chegamos ao fim desta etapa do nosso estudo com um conhecimento mais aprofundado sobre a Educação de Jovens e adultos e as perspectivas que esta modalidade de ensino pode abrir para os sujeitos que por algum motivo deixou de cursar o ensino regular. Mais do que importante do que conhecer as motivações que tem muitos jovens para abandonar os estudos foi conhecer os motivos que os conduziram de volta às salas de aulas. Nossos jovens e adultos estão indo à luta, eles buscam uma qualificação para inserção no mercado de trabalho.

Conforme as respostas dos participantes da pesquisa foi possível constatar que o perfil dos alunos que procuram o PROEJA, são basicamente jovens e adultos com idade entre 20 e 30 anos, que não exercem nenhum tipo de profissão e são provenientes da cidade de Sousa.

Em relação aos fatores que contribuem para a reinserção dos jovens e adultos na sala de aula, percebemos que os mesmos voltaram a estudar com a pretensão de qualificar-se para que posteriormente entrassem no mercado de trabalho.

Por fim, podemos afirmar que o objetivo da pesquisa fora alcançado, onde através das respostas fornecidas pelos participantes compreendemos as principais mudanças que aconteceram nas vidas dos jovens e adultos com o seu reingresso no âmbito escolar.

Portanto, concluímos ressaltando a importância de se estudar em profundidade a educação no Brasil e a modalidade EJA em específico, para que assim possamos ter um conhecimento mais amplo sobre a educação, uma vez que este estudo por suas limitações não deve ser considerado como a única verdade sobre o tema, pois não existe apenas uma verdade.

## REFERÊNCIAS

ASSIS, Luís André Oliveira de. **Rupturas e permanências na história da educação brasileira: Do regime militar à LDB/96.** Disponível em: <<http://www.curriculohistoria.files.wordpress.com>>. Acesso em: 17 mar.2014.

BARBOSA, Carlos Daniel da Luz. **Assistência Estudantil: compromisso do Serviço social com o ensino superior.** Disponível em: <<http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br>>. Acesso em: 15 agosto. 2013.

BELLO, José Luiz de Paiva. **Educação no Brasil: a História das rupturas. 2001.** Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb14.htm>>. Acesso em: 10 fev.2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil. 1824.** Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm)>. Acesso em: 21 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil. 1934.** Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)>. Acesso em: 22 fev.2014.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil. 1937.** Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm)>. Acesso em: 23 mar.2014.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação. 2000.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Disponível em: <<http://www.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.692 de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5692.htm)>. Acesso em: 30 mar.2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9.394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9.394.htm)>. Acesso em: 31 mar.2014.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 2.2008 de 17 de abril de 1997. **Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2208.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm). Acesso em: 1 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004. **Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/)>. Acesso em: 06 abr. 2004.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional da Educação de 1962.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>>. Acesso em: 06 abr.2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.302 de 12 de dezembro de 2007. **Institui o Programa Brasil Profissionalizado**. Disponível em: <[http:// www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/)>. Acesso em: 06 abr.2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.840 de 13 de julho de 2006. **Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm). 10 abr. 2014.

CANALI, Heloisa Helena Barbosa. **A trajetória da educação profissional no Brasil e os desafios da construção de um ensino médio integrado a educação profissional**. Disponível em: <[http://www.portal.fae.ufmg.br/simposionete\\_old2/sites/default/files/CANALI,Heloisa.pdf](http://www.portal.fae.ufmg.br/simposionete_old2/sites/default/files/CANALI,Heloisa.pdf)>. Acesso em: 26 mar.2014.

CAVALCANTE, M.M. **Estudo da Política da Educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil**. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/pdf/cj029585.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2014.

ESCOTT, C.M; MORAES, M.A.C. **História da Educação Profissional no Brasil: As Políticas Públicas e o Novo Cenário de Formação de Professores nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. In: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, João Pessoa, 2012. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/.2.51.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/.2.51.pdf)>. Acesso em: 25 mar.2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. Ed., São Paulo: Atlas, 2008.

LIMA, Kátia. **Contrarreforma da Educação Superior e Formação Profissional em Serviço Social**. Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social- ABEPSS, Brasília, n.15, p.17-31, 2008.

LOPES, S.P., SOUSA, L.S. **EJA: Uma educação possível ou mera utopia?** Disponível em: [http://www.cereja.org.br/pdf/revista\\_v/Revista\\_SelvaPLopes.pdf](http://www.cereja.org.br/pdf/revista_v/Revista_SelvaPLopes.pdf). Acesso em: 07 abr. 2014.

MACIEL, L.S.B, NETO, A.S. **A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas no ensino. Educação e pesquisa**. São Paulo, v.32, 2006. Disponível em: <http://Www.scielo.br/pdf/ep/v32n3/a03v32n3.pdf>. Acesso em: 16 fev.2014.

NETTO, José Paulo. **Reforma do Estado e Impactos no Ensino Superior**. Temporalis 1: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, Brasília, n.1. p; 11-33, 2000.

OLIVEN, A.C. et.al. **Educação Superior no Brasil**. Porto Alegre: 2002. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139317por.pdf>. Acesso em: 16 fev.2014.

OLIVEIRA, Lucia Josefa de. **Fomentando posturas de ideologias da ECOSOL na EJA no município de Sousa- PB.** Sousa, 2013.

ORTIGARA, C., GANZELI, P. **Regulação nas políticas para a educação profissional nos governos FHC e LULA: Trabalho e cidadania.** Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/>>. Acesso em: 04 abr. 2014.

PIERRO, M.C.D. et.al. **Visões da educação de jovens e adultos no Brasil.** 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5541.pdf>>. Acesso em: 7 abr.2014.

ROSÁRIO, M.J.A, SILVA, J.C. **A educação jesuítica no Brasil Colônia.** Disponível em: <<http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2004/GT.11/GT3.PDF>>. Acesso em: 12 fev. 2014.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3 ed. 14. reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.

SILVA, L.C., SOUSA, P.H. **O PROEJA e o perfil de seus alunos no curso técnico de edificações.** Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/ritref/article/download/>. Acesso em: 18 fev. 2014.

SILVA, Joaquim Oliveira da. **Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária como subsídio no processo de ressocialização do adolescente em conflito com a lei no Centro Educacional do Adolescente Sousa- PB.** Sousa, 2014.

TEIXEIRA, Maria Cristina. **O Direito à Educação nas Constituições Brasileiras**. Abril de 2008. Disponível em: <http://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/RFD/article/viewFile/464/460>. Acesso em: 10 fev.2014.

VASCONCELOS, Natalia Batista. **Programa Nacional De Assistência Estudantil: Uma análise da Evolução da Assistência Estudantil ao longo da História da Educação no Brasil**. Revista da Católica, V.2, Disponível em: <http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosv2n3/29-Pos-Graduacao.pdf>. Acesso em: 15 agosto. 2013.

Wanderley. HelmaraGiccelli Formiga. **Medicina Legal, Epilepsia e Crime no Brasil de JulioAfranio Peixoto**. Monografia (Trabalho Conclusão de Curso - Interpretes do Brasil - Doutorado) UFPE- Recife, 2013.

ZICHIA, Andrea de Carvalho. **O Direito à educação no Período Imperial: um estudo de suas origens no Brasil**. São Paulo: 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-05082008.../pt-br.php>. Acesso em: 19 fev.2014.

**ANEXOS**

**ANEXO “A”****INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS****QUESTIONÁRIO****IDENTIFICAÇÃO DO COLABORADOR**

- 1- Qual o nome do(a) Estudante?
- 2- Qual a sua idade?
- 3- O(A) estudante nasceu nesta cidade de Sousa?
- 4- Qual a sua profissão?
- 5- Instituição em que estuda?
- 6- Curso que frequenta?

**QUESTÕES RELACIONADAS AO TEMA EM ESTUDO**

- 1- Por que você deixou de estudar no período considerado regular?
- 2- O que o motivou a voltar a estudar?
- 3- Por que você optou pela EJA?
- 4- Qual a sua perspectiva quanto a EJA ou o que você espera que melhore em sua vida quando terminar o curso em EJA?
- 5- Como você avalia o curso que está fazendo?
- 6- Os professores estimulam você a continuar estudando?
- 7- A escola é um lugar estimulante?
- 8- O que já mudou em sua vida depois que passou a cursar a EJA?

**ANEXO “B”****TERMO DE AUTORIZAÇÃO**

Pelo presente instrumento, eu, abaixo firmado e identificado, autorizo, graciosamente, o aluno (a) \_\_\_\_\_, portador (a) do RG \_\_\_\_\_ e CPF \_\_\_\_\_, a utilizar minha entrevista, a ser veiculada, primariamente, no material em texto desenvolvido como Trabalho de Conclusão de curso de Serviço Social da UFCG – Campus Sousa – PB, sem limitação do tempo de uso.

Esta autorização inclui o uso de todo material criado que contenha a entrevista concedida no dia \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_, pelo aluno (a), da forma que melhor lhe aprouver, notadamente para produção do TCC.

Na condição de titular dos direitos patrimoniais de autor da entrevista de que trata o presente, o aluno (a) priva-se ao direito de ceder a terceiros, no todo ou em parte, o material produzido neste trabalho.

Sousa – PB \_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2014.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

End.: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_